

Senhores Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, a Administração submete à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017. São Paulo, 12 de abril de 2018

A Administração

BALANÇO PATRIMONIAL 31 de dezembro de 2017 e 2016 e 1 de janeiro de 2016 (Em milhares de reais - R\$)				
	Nota explicativa	31/12/2017	31/12/2016 (reapresentado)	01/01/2016 (reapresentado)
Ativo				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	4	281.703	198.959	405.059
Títulos e valores mobiliários	4	604.783	24.875	6.099
Contas a receber de clientes	5	173.768	303.710	408.680
Estoques	6	7.657	16.778	57.552
Partes relacionadas	6	99.275	358.876	383.981
Impostos a recuperar	7	15.712	56.832	30.207
Bens destinados à venda	8	224.943	199.216	30.209
Outros créditos	9	58.960	68.296	84.548
Total do ativo circulante		1.466.801	1.227.542	1.406.335
Não circulante				
Contas a receber de clientes	5	100.834	87.891	89.763
Impostos a recuperar	7	2.766	2.473	2.473
Imposto de renda e contribuição social diferidos	16.b	108.104	72.229	—
Partes relacionadas	6	1.155.121	1.235.908	1.418.888
Depósitos judiciais	17	50.559	47.844	46.845
Outros créditos	9	27.140	34.301	41.363
		1.444.524	1.480.646	1.599.332
Investimentos				
Em controladas e controladas em conjunto		539.535	223.903	628.345
Outros		4.031	3.071	6.886
		543.566	226.974	635.231
Imobilizado				
Intangível	3.6	4.037	5.867	10.524
Total do ativo não circulante		2.246.624	2.204.093	2.823.299
Total do ativo		3.713.425	3.431.635	4.229.634

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO						
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais - R\$)						
	Nota explicativa	Capital social	Transações com sócios	Ajustes de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Adiantamento para futuro aumento de capital
Saldos em 31 de dezembro de 2015		3.046.604	(353.180)	(479.572)	(221.907)	1.991.964
Ajustes por mudança de prática em 1º de janeiro de 2016	3.18	—	—	416.173	(374.791)	—
Saldos em 1º de janeiro de 2016 (reapresentado)		3.046.604	(353.180)	(63.399)	(596.698)	1.991.964
Resultado abrangente total do exercício		18	—	78.813	(626.190)	—
Transações com sócios		18	(69.385)	—	—	(69.385)
Aumento de capital		18	2	—	—	(1)
Saldos em 31 de dezembro de 2016 (reapresentado)		3.046.606	(422.565)	15.414	(1.222.888)	—
Resultado abrangente total do exercício		18	—	(55.374)	316.378	—
Transações com sócios		1/18	238.786	—	—	—
Aumento de capital por aquisição de investimento		1	(136.432)	—	—	—
Redução de capital por cisão parcial de ativos		1	—	—	—	(136.432)
Saldos em 31 de dezembro de 2017		3.148.960	(420.747)	(39.960)	(906.510)	—

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS						
31 de Dezembro de 2017 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)						

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Construções e Comércio Camargo Corrêa S.A. ("Companhia") foi constituída em 1939, com sede em São Paulo - SP, e tem por objetivos principais a execução de serviços de construção, terraplenagem, obras de engenharia, montagem de usinas hidrelétricas, térmicas e eólicas, manutenção e montagem de gasodutos e oleodutos, transporte e apoio aquaviário, operação portuária, exploração naval, importação, exportação e demais atividades relacionadas, além da participação em outras sociedades. Atualmente, os negócios da Companhia vêm sendo geridos pela área de Engenharia e Construção do Grupo Camargo Corrêa, a qual está organizada em diferentes unidades de negócio: Infraestrutura, Indústria, Energia e Óleo e Gás.

Em 30 de outubro de 2017, a controladora Camargo Corrêa Construções e Participações S.A. ("CCPC") aprovou a cisão parcial de bens, direitos e obrigações da Companhia, ao valor contábil com base no balanço patrimonial de 30 de setembro de 2017, com versão do acervo líquido cindido para as companhias Camargo Corrêa Infra Construções S.A. ("CIC") e Camargo Corrêa Infra Projetos S.A. ("CICPI"), controladas integralmente pela Companhia. O acervo líquido cindido está representado substancialmente pelos itens a seguir:

	30/09/2017
Máquinas e equipamentos (Nota 11)	134.017
Veículos pesados (Nota 11)	29.801
Passivo não circulante:	
Imposto de renda e contribuição social diferido	(27.386)
Acervo líquido cindido	136.432

Em 30 de outubro de 2017, a CCPC integralizou R\$ 238.786 como capital na Companhia através das participações societárias nas companhias CIC e CICPI ao valor contábil, composto, basicamente, de aportes realizados pela CCPC mais a parcela cindida da própria Companhia (Nota 18).

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem a legislação societária e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC. A Administração da Companhia apresenta todas as informações relevantes das demonstrações financeiras e essas informações correspondem às utilizadas por ela na sua gestão. A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo CPC, que estavam vigentes em 31 de dezembro de 2017.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros, mensurados pelo seu valor justo, conforme descrito nas práticas a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

Estimativas. As demonstrações financeiras foram elaboradas com base em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a revisão dos custos e receitas decorrentes dos contratos de construção, seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, as análises do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, registro/reversão do imposto de renda e contribuição social diferidos, assim como a análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente. A Administração aprovou as presentes demonstrações financeiras para divulgação em 12 de abril de 2018.

3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

3.1. Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários

Equivalentes de caixa consistem em aplicações financeiras com vencimento em até 90 dias, ou com compromissos de recompra, prontamente conversíveis em caixa e com riscos insignificantes de mudança de valor. Os títulos e valores mobiliários são representados por aplicações em fundo de renda fixa, fundos exclusivos e debêntures, sendo classificados em: (a) valor justo ao resultado ou (b) empréstimos e recebíveis. Os títulos classificados como valor justo possuem seus efeitos reconhecidos no resultado, e os empréstimos e recebíveis estão mensurados pelo custo amortizado.

3.2. Contas a receber de clientes e provisão para créditos de liquidação duvidosa
A determinação da data de realização, sendo que as contas a receber de clientes no mercado externo estão atualizadas com base nas taxas de câmbio vigente na data das demonstrações financeiras. Estão também incluídos os valores ainda não faturados até a data do balanço em decorrência dos contratos de construção, cujos valores são determinados pela progressão física dos projetos. São registradas e mantidas no balanço patrimonial pelo valor nominal dos títulos, ajustadas a valor presente, quando aplicável. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída com base na avaliação dos saldos com risco de realização e negociações em andamento por cliente. A análise de provisão considera os títulos vencidos há mais de 180 dias em adição às análises individuais de cada projeto.

3.3. Estoques

São compostos por materiais destinados à aplicação nas obras em andamento e estão avaliados pelo custo líquido de aquisição, o qual são inferiores aos valores de realização.

3.4. Investimentos em controladas, controladas em conjunto e coligadas

Os investimentos em controladas, em controladas em conjunto e em coligadas nos quais a Companhia possui influência significativa são registrados com base no método de equivalência patrimonial. Conforme o método de equivalência patrimonial, os investimentos são inicialmente registrados pelo valor de custo de aquisição ou constituição, e em seguida ajustados para fins de reconhecimento da participação da Companhia no lucro ou prejuízo e outros resultados abrangentes das investidas. Os ganhos e perdas por participação societária nos resultados das investidas são apresentados na demonstração do resultado da Controladora como resultado de equivalência patrimonial. Após a aplicação do método da equivalência patrimonial, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre o investimento da Companhia. A Companhia determina, em cada data de fechamento do balanço patrimonial, se há evidência objetiva de que o investimento na controlada sofreu perda por redução ao valor recuperável. Se assim for, a Companhia calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável da controlada e o valor contábil e reconhece o montante na demonstração do resultado. Quando ocorrer perda de controle sobre a controlada, a Companhia avalia e reconhece o investimento neste momento a valor justo, sendo a diferença reconhecida no resultado do exercício.

3.5. Imobilizado

Os bens do ativo imobilizado estão demonstrados ao valor de custo, deduzidos de depreciação e perda por redução ao valor recuperável, se aplicável. As depreciações são reconhecidas com base na vida útil de cada ativo pelo método linear ou outra base sistemática representativa do momento em que os benefícios econômicos são usufruídos. Os ativos com base na vida útil linear possuem as seguintes taxas anuais: imóveis - 4%; máquinas e equipamentos, veículos, equipamentos de informática e outros - 10%; móveis e utensílios - 10%; e benfeitorias em imóveis de terceiros, conforme os prazos contratuais. A vida útil dos ativos imobilizados é avaliada anualmente. A Companhia deprecia máquinas e equipamentos com base nas horas efetivamente utilizadas. Tal procedimento reflete o padrão de aproveitamento dos benefícios econômicos esperados. Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia, através de empresa especializada, revisou a vida útil dos ativos e concluiu que os efeitos não eram materiais.

3.6. Intangível

Demonstrado ao custo de aquisição, representado basicamente por gastos com implementação e com melhorias de sistemas informatizados. A amortização é calculada pelo método linear à taxa de 20% ao ano.

3.7. Benefícios a empregados

Os benefícios concedidos a empregados e administradores da Companhia incluem, em adição à remuneração fixa (salário e contribuições patronais e sociais - INSS, férias, 13º salário), custos mensuráveis como participação nos lucros e bônus. Esses benefícios são registrados no resultado do exercício quando a Companhia tem uma obrigação com base em regime de competência, à medida que são incorridos.

3.8. Arrendamento mercantil

Os arrendamentos são classificados como financeiros quando os termos do contrato de arrendamento transferem substancialmente todos os riscos, benefícios e controle dos bens para o arrendatário. Os arrendamentos financeiros são registrados como compra financiada, reconhecendo, no momento da aquisição, um ativo imobilizado e um passivo de financiamento. Todos os outros contratos de arrendamentos são classificados como operacionais. Os pagamentos referentes aos arrendamentos operacionais são reconhecidos como despesa pelo método linear pelo período de vigência do contrato.

3.9. Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando a Companhia é parte das disposições contratuais do instrumento e são inicialmente mensurados pelo valor justo. O valor justo é a quantia pela qual um ativo poderia ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes conhecedoras e dispostas a isso em transação sem favorecimento. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial, exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo no resultado do exercício.

Ativos financeiros
A classificação dos ativos é determinada no reconhecimento inicial, sendo classificados nas seguintes categorias:

- (a) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado correspondem a ativos mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado como mantido para negociação se:
 - (a) For adquirido principalmente para ser vendido a curto prazo; ou
 - (b) No reconhecimento inicial é parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados que a Companhia administra em conjunto e possui um padrão real recente de obtenção de lucros a curto prazo; ou
 - (c) For um derivativo que não tenha sido designado como um instrumento de "hedge" efetivo.

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são demonstrados ao valor justo, e quaisquer ganhos ou perdas resultantes são reconhecidos no resultado.

(i) Empréstimos e recebíveis: representam contas a receber, empréstimos e outros recebíveis com pagamentos fixos ou determináveis e que não são cotados em um mercado ativo são classificados como "Empréstimos e recebíveis". Os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer redução ao valor recuperável. Desreconhecimento (baixa) dos ativos financeiros

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando: (a) os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem; (b) a Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um

	Nota explicativa	31/12/2017	31/12/2016 (reapresentado)	01/01/2016 (reapresentado)
Passivo				
Circulante				
Fornecedores		128.528	175.836	333.741
Empréstimos e financiamentos	12	25.048	31.614	155.616
Partes relacionadas	6	5.559	29.924	50.762
Salários, provisões e contribuições sociais	13	80.434	118.189	133.609
Impostos a recolher	14	146.990	26.986	33.888
Imposto de renda e contribuição social a pagar		110	11.545	20.988
Adiantamentos de clientes		2.972	77.919	176.226
Dividendos propostos		5	—	—
Outras obrigações	15	211.041	87.643	34.611
Total do passivo circulante		600.687	559.661	939.446
Não circulante				
Empréstimos e financiamentos	12	61.128	94.775	134.887
Partes relacionadas	6	6.300	7.300	4.448
Imposto de renda e contribuição social diferidos	16.b	—	—	24.458
Provisão para riscos fiscais, trabalhistas, cíveis e outras	17	273.417	360.053	98.399
Provisão para perdas em controladas e controladas em conjunto	10	228.899	184.994	139.262
Adiantamentos de clientes		12.785	44.308	41.843
Outras obrigações	15	748.466	763.977	813.563
Total do passivo não circulante		1.330.995	1.455.407	1.256.860
Patrimônio líquido				
Capital social	18	3.148.960	3.046.606	3.046.604
Transações com sócios		(420.747)	(422.565)	(353.180)
Ajustes de avaliação patrimonial		(39.960)	15.414	(63.399)
Prejuízos acumulados		(906.510)	(1.222.888)	(596.698)
Adiantamento para futuro aumento de capital		—	—	1
Total do patrimônio líquido		1.781.743	1.416.567	2.033.328
Total do passivo e do patrimônio líquido		3.713.425	3.431.635	4.229.634

	Nota explicativa	31/12/2017	31/12/2016 (reapresentado)	01/01/2016 (reapresentado)
Passivo				
Circulante				
Fornecedores		128.528	175.836	333.741
Empréstimos e financiamentos	12	25.048	31.614	155.616
Partes relacionadas	6	5.559	29.924	50.762
Salários, provisões e contribuições sociais	13	80.434	118.189	133.609
Impostos a recolher	14	146.990	26.986	33.888
Imposto de renda e contribuição social a pagar		110	11.545	20.988
Adiantamentos de clientes		2.972	77.919	176.226
Dividendos propostos		5	—	—
Outras obrigações	15	211.041	87.643	34.611
Total do passivo circulante		600.687	559.661	939.446
Não circulante				
Empréstimos e financiamentos	12	61.128	94.775	134.887
Partes relacionadas	6	6.300	7.300	4.448
Imposto de renda e contribuição social diferidos	16.b	—	—	24.458
Provisão para riscos fiscais, trabalhistas, cíveis e outras	17	273.417	360.053	98.399
Provisão para perdas em controladas e controladas em conjunto	10	228.899	184.994	139.262
Adiantamentos de clientes		12.785	44.308	41.843
Outras obrigações	15	748.466	763.977	813.563
Total do passivo não circulante		1.330.995	1.455.407	1.256.860
Patrimônio líquido				
Capital social	18	3.148.960	3.046.606	3.046.604
Transações com sócios		(420.747)	(422.565)	(353.180)
Ajustes de avaliação patrimonial		(39.960)	15.414	(63.399)
Prejuízos acumulados		(906.510)	(1.222.888)	(596.698)
Adiantamento para futuro aumento de capital		—	—	1
Total do patrimônio líquido		1.781.743	1.416.567	2.033.328
Total do passivo e do patrimônio líquido		3.713.425	3.431.635	4.229.634

	Nota explicativa	31/12/2017	31/12/2016 (reapresentado)	01/01/2016 (reapresentado)
Passivo				
Circulante				
Fornecedores		128.528	175.836	333.741
Empréstimos e financiamentos	12	25.048	31.614	155.616
Partes relacionadas	6	5.559	29.924	50.762
Salários, provisões e contribuições sociais	13	80.434	118.189	133.609
Impostos a recolher	14	146.990	26.986	33.888
Imposto de renda e contribuição social a pagar		110	11.545	20.988
Adiantamentos de clientes		2.972	77.919	176.226
Dividendos propostos		5	—	—
Outras obrigações	15	211.041	87.643	34.611
Total do passivo circulante		600.687	559.661	939.446
Não circulante				
Empréstimos e financiamentos	12	61.128	94.775	134.887
Partes relacionadas	6	6.300	7.300	4.448
Imposto de renda e contribuição social diferidos	16.b	—	—	24.458
Provisão para riscos fiscais, trabalhistas, cíveis e outras	17	273.417	360.053	98.399
Provisão para perdas em controladas e controladas em conjunto	10	228.899	184.994	139.262
Adiantamentos de clientes		12.785	44.308	41.843
Outras obrigações	15	748.		

CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO CAMARGO CORRÊA S.A.

CNPJ nº 61.522.512/0001-02

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de Dezembro de 2017 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

continuação

Tal conclusão foi obtida através da análise dos contratos de construção em andamento, assim como os procedimentos atuais executados para o reconhecimento de receita. Atualmente, a Companhia já efetua os registros contábeis com base no CPC17 - Contratos de construção, sendo que as obrigações de desempenho já são reconhecidas de acordo com cada contrato e respectivos aditivos. Na avaliação da Administração não ocorrerão variações significativas na determinação dos impactos das modificações contratuais e se serão consideradas como um contrato separado, como parte do contrato original ou como o término do contrato original e a criação de um novo contrato.

Na avaliação da Administração, a Companhia continuará atendendo ao menos um dos critérios necessários para a continuidade do reconhecimento de receita ao longo do tempo.

Por fim, o percentual de evolução das obras, se encontram em um grau avançado, reduzindo ainda mais, a possibilidade de grandes impactos.

Com relação ao CPC06 não existem operações de arrendamento que exigirá alterações significativas dos valores apresentados.

Por fim, não é esperado efeitos significativos na adoção inicial do CPC48, uma vez que a Companhia não possui instrumentos financeiros complexos.

3.18. Mudança de prática contábil

Conforme mencionado na política contábil de Base para conversão das demonstrações financeiras das controladas sediadas no exterior (nota 3.11) no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 a Companhia adotou a aplicação da norma internacional (IFRS) que orienta sobre a conversão das demonstrações financeiras de controladas que operam em economias hiperinflacionárias (IAS 29 Financial Reporting in Hyperinflationary Economies). Embora o CPC ainda não tenha emitido pronunciamento para endereçar o tema no Brasil, a adoção da norma internacional foi considerada essencial para a apresentação das operações referentes a controlada CCVE.

Dessa forma, os efeitos correspondentes a mudança de prática contábil nos balanços patrimoniais dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, assim como os efeitos sobre as demonstrações do resultado de 2016, considerando os valores correspondentes dos exercícios anteriores a 31 de dezembro de 2017, estão representados a seguir:

Balanços patrimoniais	Originalmente apresentado		Ajustes		Reapresentado	
	2016	01/01/2016	2016	01/01/2016	2016	01/01/2016
Ativo						
Ativo circulante						
Caixa e equivalentes de caixa	198.959	405.059	-	-	198.959	405.059
Títulos e valores mobiliários	24.875	6.099	-	-	24.875	6.099
Contas a receber de clientes	303.710	408.680	-	-	303.710	408.680
Estoques	16.778	57.552	-	-	16.778	57.552
Partes relacionadas	358.876	383.981	-	-	358.876	383.981
Impostos a recuperar	56.832	30.207	-	-	56.832	30.207
Bens destinados a venda	199.216	30.209	-	-	199.216	30.209
Outros créditos	68.296	84.548	-	-	68.296	84.548
Total do ativo circulante	1.227.542	1.406.335	-	-	1.227.542	1.406.335
Ativo não circulante						
Contas a receber de clientes	87.891	89.763	-	-	87.891	89.763
Impostos a recuperar	2.473	2.473	-	-	2.473	2.473
Imposto de renda e contribuição social diferidos	13.269	-	58.960	-	72.229	-
Partes relacionadas (a)	1.123.601	1.285.039	112.307	133.849	1.235.908	1.418.888
Depósitos judiciais	47.844	46.845	-	-	47.844	46.845
Outros créditos	34.301	41.363	-	-	34.301	41.363
	1.309.379	1.465.483	171.267	133.849	1.480.646	1.599.332
Investimentos:						
Controlada e controlada em conjunto (a)	327.529	753.124 (103.626)	(124.779)	223.903	628.345	-
Outros	3.197	4.561 (126)	2.325	3.071	6.989	-
Imobilizado	330.726	757.685 (103.752)	(122.454)	226.974	635.231	-
Intangível	490.606	578.212	-	-	490.606	578.212
Outros	5.867	10.524	-	-	5.867	10.524
Total do ativo não circulante	2.136.578	2.811.904	67.515	11.395	2.204.093	2.823.299
Total do ativo	3.364.120	4.218.239	67.515	11.395	3.431.635	4.229.634
Balanços patrimoniais						
Passivo						
Passivo circulante						
Fornecedores	175.836	333.741	-	-	175.836	333.741
Empréstimos e financiamentos	31.614	155.616	-	-	31.614	155.616
Partes relacionadas (a)	55.103	50.762 (25.179)	-	-	29.924	50.762
Salários, provisões e contribuições sociais	118.189	133.609	-	-	118.189	133.609
Impostos a recolher	26.986	33.888	-	-	26.986	33.888
Imposto de renda e contribuição social a pagar	11.545	20.988	-	-	11.545	20.988
Adiantamento de clientes	77.919	176.226	-	-	77.919	176.226
Dividendos propostos	5	5	-	-	5	5
Outras obrigações	87.643	34.611	-	-	87.643	34.611
Total do passivo circulante	584.840	939.446	(25.179)	-	558.661	939.446
Passivo não circulante						
Empréstimos e financiamentos	94.775	134.887	-	-	94.775	134.887
Partes relacionadas	7.300	4.448	-	-	7.300	4.448
PIS e Cofins diferidos	1.107	6.668 (1.107)	(6.668)	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	54.445	-	(29.987)	-	24.458
Provisão para riscos fiscais, trabalhistas, civis e outras	360.053	98.399	-	-	360.053	98.399
Provisão para perdas em controladas e controladas em conjuntos (a) e (b)	150.741	139.262	34.253	-	184.994	139.262
Adiantamentos de clientes	44.308	41.843	-	-	44.308	41.843
Outras obrigações	762.870	806.895	1.107	6.668	763.977	813.563
Total do passivo não circulante	1.421.154	1.286.847	34.253	(29.987)	1.455.407	1.256.860
Total do passivo	3.364.120	4.218.239	67.515	11.395	3.431.635	4.229.634

Balanços patrimoniais	Originalmente apresentado		Ajustes		Reapresentado	
	2016	01/01/2016	2016	01/01/2016	2016	01/01/2016
Passivo						
Passivo circulante						
Fornecedores	175.836	333.741	-	-	175.836	333.741
Empréstimos e financiamentos	31.614	155.616	-	-	31.614	155.616
Partes relacionadas (a)	55.103	50.762 (25.179)	-	-	29.924	50.762
Salários, provisões e contribuições sociais	118.189	133.609	-	-	118.189	133.609
Impostos a recolher	26.986	33.888	-	-	26.986	33.888
Imposto de renda e contribuição social a pagar	11.545	20.988	-	-	11.545	20.988
Adiantamento de clientes	77.919	176.226	-	-	77.919	176.226
Dividendos propostos	5	5	-	-	5	5
Outras obrigações	87.643	34.611	-	-	87.643	34.611
Total do passivo circulante	584.840	939.446	(25.179)	-	558.661	939.446
Passivo não circulante						
Empréstimos e financiamentos	94.775	134.887	-	-	94.775	134.887
Partes relacionadas	7.300	4.448	-	-	7.300	4.448
PIS e Cofins diferidos	1.107	6.668 (1.107)	(6.668)	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	54.445	-	(29.987)	-	24.458
Provisão para riscos fiscais, trabalhistas, civis e outras	360.053	98.399	-	-	360.053	98.399
Provisão para perdas em controladas e controladas em conjuntos (a) e (b)	150.741	139.262	34.253	-	184.994	139.262
Adiantamentos de clientes	44.308	41.843	-	-	44.308	41.843
Outras obrigações	762.870	806.895	1.107	6.668	763.977	813.563
Total do passivo não circulante	1.421.154	1.286.847	34.253	(29.987)	1.455.407	1.256.860
Total do passivo	3.364.120	4.218.239	67.515	11.395	3.431.635	4.229.634

Balanços patrimoniais	Originalmente apresentado		Ajustes		Reapresentado	
	2016	01/01/2016	2016	01/01/2016	2016	01/01/2016
Passivo						
Passivo circulante						
Fornecedores	175.836	333.741	-	-	175.836	333.741
Empréstimos e financiamentos	31.614	155.616	-	-	31.614	155.616
Partes relacionadas (a)	55.103	50.762 (25.179)	-	-	29.924	50.762
Salários, provisões e contribuições sociais	118.189	133.609	-	-	118.189	133.609
Impostos a recolher	26.986	33.888	-	-	26.986	33.888
Imposto de renda e contribuição social a pagar	11.545	20.988	-	-	11.545	20.988
Adiantamento de clientes	77.919	176.226	-	-	77.919	176.226
Dividendos propostos	5	5	-	-	5	5
Outras obrigações	87.643	34.611	-	-	87.643	34.611
Total do passivo circulante	584.840	939.446	(25.179)	-	558.661	939.446
Passivo não circulante						
Empréstimos e financiamentos	94.775	134.887	-	-	94.775	134.887
Partes relacionadas	7.300	4.448	-	-	7.300	4.448
PIS e Cofins diferidos	1.107	6.668 (1.107)	(6.668)	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	54.445	-	(29.987)	-	24.458
Provisão para riscos fiscais, trabalhistas, civis e outras	360.053	98.399	-	-	360.053	98.399
Provisão para perdas em controladas e controladas em conjuntos (a) e (b)	150.741	139.262	34.253	-	184.994	139.262
Adiantamentos de clientes	44.308	41.843	-	-	44.308	41.843
Outras obrigações	762.870	806.895	1.107	6.668	763.977	813.563
Total do passivo não circulante	1.421.154	1.286.847	34.253	(29.987)	1.455.407	1.256.860
Total do passivo	3.364.120	4.218.239	67.515	11.395	3.431.635	4.229.634

Balanços patrimoniais	Originalmente apresentado		Ajustes		Reapresentado	
	2016	01/01/2016	2016	01/01/2016	2016	01/01/2016
Passivo						
Passivo circulante						
Fornecedores	175.836	333.741	-	-	175.836	333.741
Empréstimos e financiamentos	31.614	155.616	-	-	31.614	155.616
Partes relacionadas (a)	55.103	50.762 (25.179)	-	-	29.924	50.762
Salários, provisões e contribuições sociais	118.189	133.609	-	-	118.189	133.609
Impostos a recolher	26.986	33.888	-	-	26.986	33.888
Imposto de renda e contribuição social a pagar	11.545	20.988	-	-	11.545	20.988
Adiantamento de clientes	77.919	176.226	-	-	77.919	176.226
Dividendos propostos	5	5	-	-	5	5
Outras obrigações	87.643	34.611	-	-	87.643	34.611
Total do passivo circulante	584.840	939.446	(25.179)	-	558.661	939.446
Passivo não circulante						
Empréstimos e financiamentos	94.775	134.887	-	-	94.775	134.887
Partes relacionadas	7.300	4.448	-	-	7.300	4.448
PIS e Cofins diferidos	1.107	6.668 (1.107)	(6.668)	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	54.445	-	(29.987)	-	24.458
Provisão para riscos fiscais, trabalhistas, civis e outras	360.053	98.399	-	-	360.053	98.399
Provisão para perdas em controladas e controladas em conjuntos (a) e (b)	150.741	139.262	34.253	-	184.994	139.262
Adiantamentos de clientes	44.308	41.843	-	-	44.308	41.843
Outras obrigações	762.870	806.895	1.107	6.668	763.977	813.563
Total do passivo não circulante	1.421.154	1.286.847	34.253	(29.987)	1.455.407	1.256.860
Total do passivo	3.364.120	4.218.239	67.515	11.395	3.431.635	4.229.634

Balanços patrimoniais	Originalmente apresentado		Ajustes		Reapresentado	
	2016	01/01/2016	2016	01/01/2016	2016	01/01/2016
Passivo						
Passivo circulante						
Fornecedores	175.836	333.741	-	-	175.836	333.741
Empréstimos e financiamentos	31.614	155.616	-	-	31.614	155.616
Partes relacionadas (a)	55.103	50.762 (25.179)	-	-	29.924	50.762
Salários, provisões e contribuições sociais	118.189	133.609	-	-	118.189	133.609
Impostos a recolher	26.986	33.888	-	-	26.986	33.888
Imposto de renda e contribuição social a pagar	11.545	20.988	-	-	11.545	20.988
Adiantamento de clientes	77.919	176.226	-	-	77.919	176.226
Dividendos propostos	5					

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de Dezembro de 2017 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

(a) Em decorrência das investigações conduzidas pela Polícia Federal do Brasil e pelo Ministério Público Federal, da denominada “Operação Lava Jato”, a Companhia celebrou com as autoridades públicas brasileiras, em 2015, três acordos de colaboração reduzindo incertezas sobre sanções legais e conferindo, assim, maior previsibilidade ao fluxo de caixa: (i) Acordo de Leniência celebrado com o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), em 31 de julho de 2015, referente às obras de montagem eletromecânica da usina Angra 3, em licitação da Eletrouclear; (ii) Termo de Compromisso de Cessação (TCC) celebrado com o CADE em 19 de agosto de 2015, pelo qual a Companhia se comprometeu a colaborar com as investigações de condutas anticompetitivas no âmbito das licitações da Petrobrás e a pagar uma contribuição pecuniária de R\$104 milhões, em quatro anos; (iii) o Ministério Público Federal (MPF) celebrou com a Companhia, em 21 de agosto de 2015, Acordo de Leniência, pelo qual a Companhia se comprometeu a devolver R\$700 milhões a título de ressarcimento por prejuízos causados à sociedade, a serem pagos em oito anos, atualizados mensalmente pela taxa Selic (Sistema Especial de Liquidação e de Custódia). Em 2017, a Companhia efetuou amortização financeira dos valores de R\$85 milhões (R\$110 milhões acumulados até 2016), além de celebração de dois novos acordos que totalizam R\$108 milhões no encerramento do exercício.

(b) Referem-se a provisão de custos a incorrer, garantia e contratos onerosos de projetos da Companhia que estão em fase de encerramento.

16. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL - CORRENTES E DIFERIDOS

	2017	2016
	(reapresentado)	(reapresentado)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	398.373	(732.687)
Alíquotas (15% para imposto de renda mais adicional de 10% e 9% para contribuição social)	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social calculados às alíquotas nominais	(135.447)	249.114
Ajustes para apuração do imposto de renda e da contribuição social efetivos		
Equivalência patrimonial	116.740	(209.460)
Doações não dedutíveis	(18)	(410)
Adições (exclusões) líquidas (*)	(39.650)	72.003
Impactos relacionados à tributação de lucros no exterior (**)	(22.141)	(4.750)
Outros	(1.479)	—
Total	(81.995)	106.497
Despesa com imposto de renda e contribuição social - correntes	(84.955)	9.809
Despesa com imposto de renda e contribuição social - diferidos	2.960	96.688
(*) Em 2017, refere-se a substancialmente, a adição de multas federais e em 2016, reversão de despesas anteriormente considerada como inaduetíveis.		
(**) Em 2017 e 2016, refere-se a dividendos recebidos e resultados auferidos em investidas no exterior.		

a) Conciliação do imposto de renda e contribuição social apresentado no resultado do exercício

	31/12/2017	31/12/2016	01/01/2016
	(reapresentado)	(reapresentado)	(reapresentado)
Natureza ativa			
Provisão para riscos fiscais, trabalhistas, cíveis e outras	110.940	137.636	45.024
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	51.131	33.768	81.631
Provisões para participação nos lucros	10.230	9.513	17.695
Provisões para serviços de terceiros	19.638	6.564	10.319
Provisão para perdas com investimentos	13.561	10.076	61.090
Outros	1.950	730	—
Ativo não circulante	207.450	198.287	215.759
Natureza passiva			
Lucros não realizados - órgãos públicos	14.224	15.924	75.379
Diferença entre a vida útil fiscal e contábil do ativo imobilizado	32.357	72.045	71.657
Lucros no exterior	8.067	4.413	18.291
Variação cambial (*)	36.522	31.651	62.676
Outros	8.176	2.025	12.214
Passivo não circulante	99.346	126.058	240.217
Saldo líquido no ativo não circulante	108.104	72.229	—
Saldo líquido no passivo não circulante	—	—	24.458

(*) Nos exercícios de 2017 e de 2016, a Companhia optou pelo regime de caixa para tributação da variação cambial.

A realização das diferenças temporárias atuais possui expectativa em prazo inferior a dez anos, conforme realizações econômicas ou financeiras.

17. PROVISÃO PARA RISCOS FISCAIS, TRABALHISTAS, CÍVEIS E OUTRAS

A Companhia possui processos judiciais perante vários tribunais, surgidos no curso normal de suas operações, envolvendo questões trabalhistas, aspectos cíveis e tributários e outros assuntos. Os processos envolvem autos de infração, pleitos de indenização, requerimentos de revisão de contratos e outras ações cujos valores requeridos ou impostos podem não refletir o que será definido na sentença final. Com base em opiniões de seus consultores jurídicos, análise das demandas judiciais e experiência referente às quantias reivindicadas, a Companhia constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas consideradas prováveis para as ações em curso, como segue:

	Depósitos		Processos		
	Judiciais	Trabalhistas	Cíveis	Tributárias	Outras
Saldo em 01 de janeiro de 2016 (reapresentado)	(35.666)	92.034	10.011	30.379	1.641
Adições/baixas	(10.100)	28.605	7.411	22.583	200.000
Pagamentos	—	(3.994)	(258)	(42)	—
Atualizações	—	12.636	1.465	3.348	17.449
Saldo em 31 de dezembro de 2016 (reapresentado)	(45.766)	129.281	18.629	56.268	201.641
Adições/baixas	(2.402)	56.413	11.058	(25.456)	(89.113)
Pagamentos	—	(27.704)	(10.306)	(1.736)	—
Atualizações	—	(5.075)	5.540	2.145	—
Saldo em 31 de dezembro de 2017 (48.168)	152.915	24.921	31.221	112.528	273.417

(a) As causas trabalhistas decorrem principalmente de reclamações por responsabilidade subsidiária, diferenças de horas extras e reflexos em verbais rescisórias.

(b) As causas tributárias correspondem principalmente a processos judiciais e administrativos, os quais discutem a exigibilidade de tributos como PIS, Cofins, Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ, Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, Contribuições Previdenciárias - INSS, Impostos Sobre Serviços - ISS, Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS, entre outros.

(c) Basicamente, compostos, por valores derivados das investigações internas relacionadas a operação Lava Jato que continuam sendo realizadas com independência em bases permanentes, visando identificar possíveis irregularidades porventura não identificadas. Em 2017 foram firmados novos acordos, já refletidos nas obrigações a pagar da Companhia (Nota 15). A Administração da Companhia, em conjunto com os seus consultores jurídicos, identificou e avaliou os riscos com desfecho considerado: (i) possível de perda de até R\$500 milhões, para os quais nenhuma provisão foi registrada; e (ii) provável perda de R\$200 milhões, para os quais foi constituída provisão em 31 de dezembro de 2016 e complemento em 31 de dezembro de 2017 de R\$36 milhões, após as movimentações dos eventos ocorridos no exercício. A Companhia é parte de investigação em curso no Peru, contudo, a Administração, baseada na opinião de seus advogados, considera remota a possibilidade de alguma repercussão para a Companhia.

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia possui causas com probabilidade de perda classificada como possível, não tendo sido, portanto, contabilizadas provisões para riscos: R\$242.447 (R\$291.422 em 31 de dezembro de 2016) de causas trabalhistas, referentes a responsabilidade subsidiária, diferenças de horas extras e reflexos em verbais rescisórias; R\$547.465 (R\$858.560 em 31 de dezembro de 2016) de riscos tributários, referentes, substancialmente, a processos de ICMS, COFINS e Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF; e R\$744.072 (R\$311.009 em 31 de dezembro de 2016) de causas cíveis, referentes a indenizações decorrentes de desavenças comerciais, indenização por danos materiais e morais, e danos causados por acidente de veículos.

A Companhia possui depósitos judiciais trabalhistas de R\$32.950 (R\$25.655 em 31 de dezembro de 2016), tributários de R\$13.115 (R\$16.534 em 31 de dezembro de 2016) e cíveis de R\$4.494 (R\$5.655 em 31 de dezembro de 2016), totalizando R\$50.559 (R\$47.844 em 31 de dezembro de 2016), apresentados no ativo não circulante, para fazer face aos processos judiciais em andamento classificados com probabilidade de perdas possíveis ou remotas.

18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital social
O capital social em 31 de dezembro de 2017 é de R\$3.148.960 (R\$3.046.606 em 31 de dezembro de 2016 e R\$3.046.604 em 01 de janeiro de 2016) representado por 795.036 ações nominativas (636.036 em 31 de dezembro de 2016 e 636.035 em 01 de janeiro de 2016), sem valor nominal, sendo 685.312 ordinárias (548.256 em 31 de dezembro de 2016 e 548.255 em 01 de janeiro de 2016) e 109.724 preferências (87.780 em 31 de dezembro de 2016 e 87.780 em 01 de janeiro de 2016). Cada ação preferencial terá prioridade na distribuição de dividendos anuais, não cumulativos, até o limite de 6% sobre o valor que resultar da divisão do valor do capital social pelo número de ações emitidas. Em 30 de outubro de 2017, foi aprovada pelo Conselho de Administração o aumento de capital de R\$238.786, através da conferência de bens para as empresas CCIP e CCIC (Nota 1).

Transação com sócios
O saldo de transação com sócios é representado por variações em transações com a parte relacionada irmã Jitlmyery Company S.A. no valor de R\$32.594 (R\$39.119 em 2016)(Nota 6.c) e perda em transações com investimentos envolvendo companhia dentro do mesmo grupo econômico (CCI Construções Offshore S.A.) no montante de R\$28.559 (Nota 10.d) realizado no decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2017. Adicionalmente, ocorreu um aumento de participação na controlada CCI Oil & Gas Contractors Inc. que ocasionou um ganho de R\$23.111, sendo os saldos finais dessa transação R\$360.344 e R\$383.455, respectivamente em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Nota 10.g). A variação do saldo com a parte relacionada está demonstrada na Nota 6.c, assim como as variações dos saldos associados a CCI Construções Offshore e CCI Oil & Gas são as principais movimentações de transação com sócios demonstradas na Nota 10.

Reserva legal
Representa 5% do lucro líquido do exercício observado o limite estabelecido em lei.
Reserva para renovação de equipamentos
Destinada uma parcela de 5% à reserva para renovação de equipamentos, observado o limite máximo de 30% do capital social.

A DIRETORIA

NELSON NÓBREGA DA COSTA - Contador CRC 1SP 202165/O-9

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Outros assuntos

Demonstrações financeiras de períodos anteriores examinadas por outro auditor independente

O exame das demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, preparadas originalmente antes dos ajustes decorrentes dos assuntos descritos na nota 3.18, foi conduzido sob a responsabilidade de outro auditor independente, que emitiu relatório de auditoria com ressalva em função dos possíveis efeitos com acordos de colaboração e investigações internas em andamento, com data de 10 de maio de 2017. Como parte de nossos exames das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2017, examinamos também os ajustes descritos na nota 3.18 que foram efetuados para alterar as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2016. Em nossa opinião, tais ajustes são apropriados e foram corretamente efetuados. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer outros procedimentos sobre as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e, portanto, não expressamos opinião ou qualquer forma de assegurar sobre as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2016 tomadas em conjunto.

Responsabilidade da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

25. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

a) **Previdência privada**
A Companhia possui plano de previdência privada, na modalidade de contribuição definida, e em 2017, contribuiu com R\$2.168 (R\$3.043 em 2016), registrado na rubrica de “Salários, provisões e contribuições sociais”.

b) **Outros benefícios a empregados**
São concedidos ainda outros benefícios aos empregados, tais como auxílio-médico, auxílio-alimentação, seguro de vida em grupo, auxílio-acidente de trabalho, auxílio-transporte, treinamentos e outros. A Companhia não possui benefícios pós-emprego.

26. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

26.1. Política para contratação de instrumentos financeiros derivativos
Em virtude das obrigações financeiras assumidas pela Companhia, seguindo diretrizes estabelecidas pelo Conselho de Administração, pode contratar operações com instrumentos financeiros derivativos para minimizar riscos cambiais e de taxas de juros assumidos pelas operações, obedecendo aos níveis de exposição vinculados a esses riscos. Conforme mencionado na nota 3.9, em 31 de dezembro de 2017, a Companhia não possuía saldos de instrumentos financeiros derivativos.

26.2. Categorias de instrumentos financeiros

Os principais instrumentos financeiros e seus valores registrados nas demonstrações financeiras, por categoria, estão abaixo demonstrados. Os valores contábeis desses instrumentos financeiros estão demonstrados abaixo:

	Hierarquia de valor justo	Categoria	2017	2016
			(reapresentado)	(reapresentado)
Ativos financeiros				
Equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários (Nota 4)	2	Valor justo no resultado	873.151	223.834
Contas a receber de clientes (Nota 5)	2	e recebíveis	259.465	254.247
Partes relacionadas (Nota 6)	2	e recebíveis	1.254.396	1.594.784
Passivos financeiros				
Empréstimos e financiamentos	2	Custo amortizado	86.176	126.389
Fornecedores	2	Custo amortizado	128.528	175.836
Partes relacionadas	2	Custo amortizado	11.859	37.224
Outras obrigações	2	Custo amortizado	922.889	850.513

Para determinação dos valores de mercado dos instrumentos financeiros e dos investimentos avaliados ao valor justo por meio do resultado, a Companhia, no encerramento de cada período, realiza o cálculo desses valores com base nas informações disponíveis no mercado futuro, além de consultar as instituições financeiras com as quais as operações foram celebradas. Não existem diferenças significativas entre os valores contábeis e os valores justos dos instrumentos financeiros.

Hierarquia de valor justo

A Empresa usa a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação:

Nível 1: preços cotados (sem ajustes) nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;

Nível 2: outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente;

Nível 3: técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

No decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2017, não houve transferências entre avaliações de valor justo Nível 1 e Nível 2 nem transferências entre avaliações de valor justo Nível 3 e Nível 2. A Companhia utiliza o nível 2 de hierarquia do valor justo, conforme definido pelo CPC 39.

26.3. Exposição a riscos cambiais

A Companhia possui investimentos no exterior para os quais não contrata instrumentos de proteção.

Para a exposição cambial referente aos empréstimos em moeda estrangeira (Financiamento à Importação e CCB - Resolução nº 4131), a Companhia tinha até 12 de dezembro de 2016 contratadas operações com instrumento financeiro derivativo, do tipo “swap”, que foram liquidadas nesta data.

Essas operações de “swap” consistiam na troca da variação do dólar norte-americano, acrescida dos juros em moeda estrangeira (posição ativa), por percentual da variação do CDI pós-fixado (posição passiva).

26.4. Exposição a riscos de taxas de câmbio

Os principais saldos denominados em moeda estrangeira representada substancialmente por dólar norte-americano estão relacionados a seguir:

	2017	2016
	(reapresentado)	(reapresentado)
Ativo		
Títulos e Valores Mobiliários	460.650	20.201
Contas a receber	37.285	36.402
Partes relacionadas	390.732	269.947
Total do ativo exposto	888.667	326.550
Passivo		
Fornecedores	27	19
Partes relacionadas	798	325
Total do passivo exposto	825	344
Exposição líquida	887.842	326.206

26.5. Exposição a riscos de taxas de juros

A Companhia está exposta a taxas de juros flutuantes e a índices inflacionários principalmente relacionados às variações do CDI e TJLP nos empréstimos e financiamentos. As taxas de juros nas aplicações financeiras são na sua maioria vinculadas à variação do CDI. Estas posições estão demonstradas a seguir:

	2017	2016
	(reapresentado)	(reapresentado)
Ativo		
Aplicações Financeiras - CDI	460.650	20.201
Aplicações Financeiras - SELIC	37.285	36.402
Total do ativo	390.732	269.947
Passivo		
CDI	—	287
TJLP (*)	4.301	8.778
Total do passivo	4.301	9.065

(*) Os demais empréstimos e financiamentos possuem remuneração fixa, não havendo exposição.

26.6. Análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros

A análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, das variações de ativos e passivos relevantes da Companhia e aqueles expostos a variações do CDI, da taxa Selic, da TJLP e do dólar norte-americano é conforme segue:

	Valores contábeis	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
Exposição a índices variáveis				
Títulos e valores mobiliários - CDI/SELIC	407.808	27.310	20.483	13.655
Empréstimos e financiamentos - TJLP	4.301	290	218	145
Contas a receber e a pagar - dólar norte-americano	887.842	33.898	(196.537)	(426.972)

Devido à posição da Companhia, foram considerados os seguintes cenários:

	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
Aplicações e empréstimos (a)	Projeção de mercado para 12 meses (melhor expectativa)	Redução dos índices em 25%	Redução dos índices em 50%
Contas a receber e a pagar - US\$ (b)	Projeção de mercado para 12 meses (melhor expectativa)	Valorização da moeda - real em 25%	Valorização da moeda - real em 50%

(a) Cenário mais conservador, levando em conta que a posição de aplicações é superior à de empréstimos.

(b) Cenário mais conservador, levando em conta que a posição de Contas a receber é superior à de Contas a pagar.

26.7. Risco de liquidez

A liquidez da Companhia depende principalmente do caixa gerado pelas atividades operacionais, aportes de acionistas e empréstimos e financiamentos de instituições financeiras. A gestão do risco de liquidez considera a avaliação dos requisitos de liquidez para assegurar que a Companhia disponha de caixa suficiente para atender suas despesas de capital e operacionais, bem como o pagamento das dívidas. A tabela abaixo demonstra o fluxo dos passivos financeiros de longo prazo da Companhia, por faixas de vencimento:

	2019	2020	2021	2022	2023	2024	em diante	Total
Passivo								
Empréstimos e financiamentos	5.519	7.913	6.359	1.796	38.256			1.285
Compromissos	4.916	58	—	—	—	—	—	4.974

Os recursos mantidos pela Companhia são investidos em instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem suficiente conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

Adicionalmente, existem outras obrigações a pagar conforme divulgado na Nota 15.

27. INFORMAÇÕES ADICIONAIS AOS FLUXOS DE CAIXA

	2017	2016
Transações de investimentos e financiamentos que não envolveram caixa		
Cisão de ativos imobilizados (Nota 11)	1.618	—
Aumento de capital com aquisição de investimentos (Nota 1)	1.423	24.877
Transação com sócios	1.818	50.916
Transferência de bens destinados a venda do ativo imobilizado	9.159	—
Transferência de investimento para partes relacionadas	9.159	—
Conversão de dividendos a receber em aporte de capital em controladas	4.243	—

28. EVENTO SUBSEQUENTE

Em 30 de março de 2018, a controladora Camargo Corrê